

Intelectuais comunistas e a questão da democracia no Brasil

Marcos Paulo de Lucca Silveira

Mestre e doutorando em Ciência Política (DCP-USP), bolsista de doutorado da CAPES.

E-mail: mpluccasilveira@usp.br

Trabalho preparado para apresentação no III Seminário Discente da Pós-Graduação em
Ciência Política da USP, de 22 a 26 de abril de 2013.

Trabalho em andamento. Não citar sem a autorização prévia do autor.

Intelectuais comunistas e a questão da democracia no Brasil

Marcos Paulo de Lucca Silveira

Resumo: O artigo busca analisar o movimento de adesão teórico-conceitual e política à democracia realizado por um grupo de intelectuais comunistas brasileiros ao longo dos anos 1970 e 1980. Buscar-se-á apresentar uma interpretação de como o movimento de adesão à democracia política foi realizado e justificado a partir de um arcabouço teórico-conceitual marxista-comunista. No mais, será apresentada a hipótese histórica de que a publicação realizada por Carlos Nelson Coutinho, em março de 1979, do ensaio “A democracia como valor universal” foi o momento decisivo em torno da questão democrática no campo da esquerda brasileira do período – sobretudo, marxista (em especial, comunista). Além disso, buscar-se-á examinar como particulares usos conceituais, oriundos especialmente da leitura das obras de Gramsci, foram realizados na renovada interpretação da história brasileira presente nas contribuições desses intelectuais.

Palavras-chave: marxismo brasileiro, comunismo, democracia, Carlos Nelson Coutinho.

O problema que motivou esta pesquisa é a questão da adesão teórico-conceitual e política à democracia realizada por um grupo de intelectuais comunistas no Brasil¹, ao final da década de 1970 e ao longo dos anos 1980. A partir de certo momento histórico, um grupo de comunistas brasileiros passou a defender que a conquista da *democracia política* seria um importante estágio a ser atingindo em busca do socialismo, ao menos para o caso do Brasil. No presente artigo, buscaremos apresentar uma interpretação de como tal movimento de adesão à democracia política foi realizado e justificado a partir de um arcabouço teórico-conceitual marxista-comunista.

Esse movimento de adesão política (e, conjuntamente, teórico-conceitual²) à democracia é, em um primeiro olhar, não-intuitivo ou pouco autoevidente – sobretudo se levarmos em consideração a vasta produção marxista (em especial, vinculada à produção política comunista) a respeito da temática. O modo pelo qual a adesão à democracia é justificada e validada no interior de uma linguagem política marxista-comunista, com a utilização de conceitos oriundos especialmente da obra de Gramsci, será objeto de estudo deste trabalho.

1. INTRODUÇÃO

Grande parte dos direitos civis e políticos foi significativamente limitada devido à ordem política autoritária cristalizada por um regime militar implantado em 1964 e sustentado

¹ Entre os comunistas que aderiram à democracia no Brasil no período histórico que estudaremos, podemos destacar os nomes de Armênio Guedes, Carlos Nelson Coutinho, Gildo Marçal Brandão, Ivan de Otero Ribeiro, Leandro Konder, Luiz Werneck Vianna e Marco Aurélio Nogueira.

² Enfatiza-se na questão de a adesão à democracia ser tanto teórico-conceitual como política, pois grande parte da história do marxismo-comunismo brasileiro foi caracterizada por um descompasso entre teoria e prática política.

por mais de duas décadas. Essa ordem política autoritária ocasionou, no país, uma reavaliação da importância dos direitos civis e políticos. As reivindicações pela defesa de liberdades individuais e políticas ganharam uma particular força ao longo das décadas de 1970 e 1980.

Nessas circunstâncias, o conceito de *democracia* emergiu como a categoria-síntese de um elevado número de aspirações expressas em diversas manifestações que se opunham às práticas realizadas pelo regime autoritário³. As demandas, tanto de origem intelectual⁴ como também populares, assumiram, de modo crescente, ao longo dos anos, a luta pela democracia como uma questão fundamental no Brasil.

Uma pluralidade de significações foi associada ao conceito de *democracia* ao longo dos anos de manutenção do regime militar instaurado em 1964 no Brasil. Como afirma Robert Barros a respeito da questão com referência à América Latina:

“Under these circumstances “democracy” emerged as the banner for any number of proscribed aspirations. As the symbolic embodiment of alternatives to dictatorship, democracy came to mean any number of things, including the introduction of narrow channels of elite representation, an end to arbitrary detentions, torture and murder, the recovery of liberal institutions, more jobs, housing, education, and health care, as well as structural transformations in favor of popular classes.” (Barros, 1986, p. 49)

Em especial, a partir dos anos da transição política brasileira, o conceito assume uma função-chave no debate político do país. A recorrência da polissemia no conceito enfatiza a centralidade de tal categoria na arena política e, mais do que isso, demonstra como o significado (*sema*) do conceito *democracia* estava claramente em disputa entre os diversos atores.

Imersos em tal conjuntura político-social do período, um grupo de intelectuais comunistas destacou-se dentre outros atores políticos. Oriundos, sobretudo, do interior do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tais intelectuais – entre os quais: Carlos Nelson Coutinho, David Capistrano Filho, Ivan de Otero Ribeiro, Leandro Konder, Luiz Werneck Vianna e Marco Aurélio Nogueira – introduziram a temática da questão democrática tanto no

³ Ao longo deste trabalho, seguindo Koselleck, entenderemos que conceitos são “vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados”, reunindo, portanto, em si uma totalidade de sentidos. No mais, “todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político. Conceitos sociais e políticos contêm uma *exigência concreta de generalização* ao mesmo tempo em que são sempre *polissêmicos*.” (Koselleck, 2006, p. 108, grifos meus).

⁴ Neste trabalho, realizamos o uso de *intelectual* como uma categoria de caráter abrangente, seguindo, em parte, a compreensão de Gramsci, a qual ressalta que: “Quanto se distingue entre intelectuais e não intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso” (Gramsci, 1968, p.7).

No mais, a categoria aqui presente é aplicada àqueles que, de alguma forma, refletem e contribuem à “obra de pensamento”, isto é, aquilo que não é nem especificamente obra de arte nem produção estrita de ciência. Ou seja, intelectuais no presente texto são aqueles que se dedicam a algo “que se ordena em razão de uma intenção de conhecimento e à qual, no entanto, a linguagem é essencial” (Lefort, 1979, p.155).

debate interno ao partido, quanto no campo mais amplo da esquerda política brasileira, sobretudo de orientação teórica marxista.

Manifestando suas opiniões em semanários, revistas e jornais, vinculados (direta ou indiretamente) ao PCB, tais intelectuais apresentaram inovações teórico-políticas, sem buscarem apresentar, ao menos intencionalmente, uma clara ruptura com a tradição mais influente na esquerda política brasileira.

Na produção da esquerda política brasileira, a *democracia*, assim como outras temáticas, é apresentada como uma *questão*. Porém, de modo distinto a outras temáticas, o tema democrático, de forma geral, é um assunto não óbvio, sobretudo no interior das correntes marxistas, sendo – de certo modo – uma inovação; no mais, além de tal não obviedade, enfatiza-se que a *questão democrática* era uma questão que possuía uma resposta em aberto: não havia consenso na adesão (ou não) à democracia e suas instituições (sobretudo nos debates de matriz marxista da época).

Contudo, se a temática democrática é apresentada como uma questão no interior da esquerda política brasileira, na produção dos intelectuais acima citados é possível se observar uma *clara resposta* a essa questão que torna evidente a posição política do grupo: a adesão à democracia política (e a suas instituições) no período de transição é defendida de modo explícito. Ou seja, a *democracia* é apresentada não só como uma “questão teórica”, mas também como a melhor solução para os problemas que o país enfrentava, assumindo, assim, uma particular posição teórico-política dentro de parte do marxismo (comunista) brasileiro. Soma-se ainda uma nítida renovação do repertório teórico-conceitual utilizado pelo grupo (anteriormente citado) em comparação com outras produções comunistas do período, assim como demais produções do campo mais amplo da esquerda brasileira.

Como afirmado, buscar-se-á examinar o modo a partir do qual esses intelectuais comunistas aderiram política e conceitualmente à democracia. Apresenta-se, primeiramente, uma hipótese, a nível histórico, de que a publicação realizada por Coutinho do ensaio “A democracia como valor universal”, em 1979, é o momento decisivo em torno da adesão à democracia por intelectuais marxistas, particularmente vinculados ao comunismo, no Brasil. Examinar-se-á, posteriormente, a argumentação apresentada pelo autor nesse ensaio, assim como as principais críticas a tal argumentação expostas na época.

Em sequência, será apresentada uma interpretação a partir da qual se buscará evidenciar o movimento teórico-conceitual realizado por Carlos Nelson Coutinho, assim como pelos outros intelectuais comunistas que aderiram à democracia no período. Conceitos como *revolução passiva*, *via prussiana* de modernização, *revolução-restauração* e *modernização conservadora* passam a ser constantemente utilizados pelos intelectuais em

suas interpretações da história e da conjuntura política brasileira, as quais justificam (e potencializam para a esfera nacional⁵) a adesão à *democracia*.

2. UMA HIPÓTESE

A nosso ver, o momento decisivo em torno da questão democrática no campo da esquerda brasileira – sobretudo, marxista (em especial, comunista) – foi a publicação, em março de 1979, do ensaio “A democracia como valor universal” de Carlos Nelson Coutinho na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*.

Deve-se reconhecer que, ao longo de sua longa história, o PCB manteve uma relação, ao mínimo, ambígua com a democracia política, apresentando em variados momentos um quadro instável de bipolaridade entre teoria(s) e prática(s). Em diversos períodos, o partido assumiu uma postura teórica revolucionária não democrática, ao mesmo tempo em que parte de seus quadros defendia e praticava uma ação política democrática. Ou seja, pode se considerar uma marca de grande parte da história do PCB um descompasso entre ação e discurso, entre prática e teoria⁶.

Ainda na década de 1950, nos anos posteriores ao suicídio de Vargas (1954) – e em especial após os debates sobre o stalinismo de 1956-1957⁷ –, já é possível se observar uma espécie de “praticismo ilustrado” em que a valorização da ação política democrática assume certa centralidade na prática do partido.

É também de notável destaque a posição assumida pelo partido nos anos pós-1964, direcionada, em parte, para a defesa da centralidade das liberdades democráticas e luta pela democracia política. Parte significativa desses esforços pró-democracia pode ser observada nos diversos periódicos ligados (direta ou indiretamente) ao partido, assim como nos esforços editoriais de Ênio Silveira. A defesa da importância de eleições e a aposta na democratização política do país, assim como a luta pela constituição de uma frente única democrática – que resultará na participação dos comunistas no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) –, são feições da experiência política pró-democrática na qual grande parte dos comunistas brasileiros (e o próprio PCB) assumiu posição de destaque.

Ao direcionarmos a análise a aspectos de cunho teórico é possível se identificar a presença de movimentos que se dirigem a certa postura democrática, com certa *preocupação democrática*, em mais de um documento do PCB da década de 1950. Entre esses, destaca-se a

⁵ Embora de caráter contraditório, ao menos se observado de modo rápido, na defesa da *democracia como valor universal* realizada pelos intelectuais aqui analisados há uma nítida ênfase da “especial validade” da tese para o caso brasileiro (devido à característica *prussiana* particular da história brasileira).

⁶ Como identifica Brandão (Brandão, 1997, cap. 7).

⁷ Ressalta-se o impacto do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), realizado em fevereiro de 1956, sobre as posições assumidas pelos comunistas brasileiros.

Declaração de Março de 1958, na qual – a partir de um léxico teórico plenamente interno ao marxismo-leninismo⁸ – é apresentada uma visão distinta da situação do Brasil, que possibilita uma ressignificação do papel disponível à democracia no interior das ações políticas dos comunistas brasileiros. Contudo, enfatiza-se que a questão democrática aparece como temática secundária à questão nacional e à luta contra o imperialismo.

Também uma distinta visão do “capitalismo brasileiro” – em que *soluções positivas*, tais como “reformas de caráter nacionalista e democrático” (ou seja, “anti-imperialistas”) oriundas da união pluriclassista são defendidas – que rompe com o usual “estagnocismo” comunista do período, em que o país era visto como uma “formação estagnada”, é apresentada de modo inacabado⁹ na *Declaração de Março*.

Essas novas possibilidades da *democracia* no Brasil, no interior das teses comunistas, continuam a serem manifestadas, em parte, nas teses do V Congresso do PCB (1960). Em algumas publicações desse período, mesmo que as referências centrais continuem a respeito da ordem econômica (e não política), assim como a principal temática (a defesa da luta contra o imperialismo e a favor da modernização) continuava a mesma, é possível se verificar certa “tendência democratizante” (Segatto; Santos, 2007, p.25).

Marco Aurélio Nogueira, também reconhece que, de modo surpreendente, “no interior do PCB tenha se desenvolvido – a partir de 1958 – uma formulação política engenhosa, sensível à concreta realidade brasileira, favorável à elaboração de programas democráticos amplos e unitários, aberta aos temas institucionais e de governo, ao pluralismo e aos direitos básicos da cidadania” (Nogueira, 1985, pp. 143-144)¹⁰.

Contudo, ressalta-se que os movimentos teóricos no interior do comunismo brasileiro não se caracterizam por uma linearidade pró-democracia; ou seja, ao longo dos anos, eventuais retrocessos frente à valorização da democracia política podem ser verificados. Ao longo desses anos e seguintes, grande parte dos comunistas brasileiros continuava a defender uma visão na qual a democracia era considerada um instrumento das classes dominantes.

De modo abrangente, como nos afirma Toledo:

“Até meados dos anos 60, a esquerda brasileira, até então hegemônica pelo PCB, estava mobilizada em torno das reformas sociais, das campanhas nacionalistas e da defesa do desenvolvimento econômico. A questão democrática, até recentemente, aparecia ora subordinada, ora com uma importância secundária na reflexão teórica e na luta ideológica. Não se deixava de afirmar a necessidade da defesa da legalidade democrática diante da

⁸ Com certo grau de “maoísmo”, tal como pode ser observado nos usos da categoria *contradição principal*, nacional (Segatto; Santos, 2007, p. 24).

⁹ Como Segatto e Santos ressaltam, não é possível se observar uma completa teorização sobre o Brasil (urbanizado e moderno da década de 1950) em tal declaração (Segatto; Santos, 2007, p.19).

¹⁰ Surpreendente, de certo modo, dado a estrutura e a orientação teórica marxista-leninista (III Internacional) assumida pelo Partido.

permanente ameaça golpista da direita, mas nos anos 50 e 60 – a questão nacional – como afirmavam os isebianos, a luta pela constituição da Nação – tinha inteira primazia. (...) Enquanto o desenvolvimento econômico e as reformas estruturais não se efetivassem, a democracia política não deixaria de ser “formal” ou “abstrata” para o conjunto dos trabalhadores e das massas populares.” (Toledo, 1994, p.114)

Dessa forma, podemos indicar um movimento das ideias ao longo da história do pensamento político de esquerda no país: inicialmente há uma centralidade da questão do desenvolvimento em relação à questão democrática, ocorrendo posteriormente uma inversão, a partir da qual a democracia ganha centralidade. No mais, conjuntamente a essas duas questões ((i) do desenvolvimento econômico e (ii) da democracia), destacam-se a questão nacional e a questão agrária como preocupações também presentes no interior do pensamento político brasileiro, em especial de esquerda. Nos desenvolvimentos apresentados pelo PCB e por seus intelectuais, essas questões – sobretudo a questão nacional – dividiam centralidade, e, até mesmo, se confundem com a temática do desenvolvimento em variados momentos históricos. Tal importância das questões agrária e nacional é preservada mesmo após o deslocamento da temática central para a questão democrática¹¹.

Portanto, mais do que uma “concepção verdadeira” da história da relação do PCB com a democracia ao longo desses anos ou mesmo uma defesa normativa de uma possível interpretação e/ou corrente interna a esse partido¹², o que estamos buscando propor é que as questões desenvolvidas no artigo de Coutinho, “A democracia como valor universal”, não são uma espécie de “raio em céu azul” no comunismo brasileiro, ou ainda – como parte da bibliografia sobre o tema afirma – “mera importação” das ideias do “eurocomunismo”¹³. Se há importantes inovações, assim como referências e inspirações nos partidos políticos e teóricos marxistas europeus (em especial, italianos), essas refletem, em parte significativa, um debate já existente no interior do comunismo brasileiro¹⁴.

Como esboçado acima, desde, ao menos, meados da década de 1950, a temática da democracia já era apresentada no interior dos desenvolvimentos teóricos marxistas no país, e a valorização da ação política democrática era realizada por parte dos comunistas brasileiros. Porém, a nosso ver, o momento fundamental em que a questão democrática deixa de ser uma temática secundária ou derivada de outras questões – tais como a questão nacional, a questão

¹¹ Sobretudo a questão agrária possuirá posição privilegiada em torno dos debates sobre democracia.

¹² De certo modo, como os próprios autores assumem publicamente (e honestamente) nas páginas iniciais do artigo, essa segunda postura – da qual tendemos a nos afastar na presente análise – foi adotada por Segatto e Santos (2007).

¹³ Felipe Toledo Magane (Magane, 2007) tende a considerar os desenvolvimentos teóricos apresentados por Carlos Nelson Coutinho e, de certo modo, demais intelectuais comunistas brasileiros que aderem à democracia, como mero movimento de importação das ideias do “eurocomunismo”.

¹⁴ A questão da democracia já está presente no interior do pensamento comunista brasileiro, de modo explícito, desde – ao menos – as publicações de Elias Chaves Neto na *Revista Brasiliense*, da qual foi editor. Esses artigos encontram-se reunidos no livro *Sentido dinâmico da democracia* (Chaves Neto, 1982).

agrária, o anti-imperialismo – para se tornar central se realiza, de modo inovador, no ensaio de Coutinho. Ou seja, muito mais do que uma inovação do tema, o que se verifica é um realocamento¹⁵ das questões abordadas, deslocando-se a centralidade da tese para a questão da democracia, a qual deixa de ser subjacente.

E, mais do que isso, propõe-se que, sobretudo a partir dos desenvolvimentos teóricos presentes no ensaio de Coutinho, a teoria marxista (comunista) brasileira e a prática política de certa vertente política frente à democracia se conciliam. Ou ainda, o descompasso característico entre ação e discurso, prática e teoria, presente no interior da linguagem comunista sobre a questão democrática começa a ser solucionada a nível nacional. Mesmo que de modo difícil, a conciliação entre essas duas esferas – sobre a democracia – passa a ser proposta no interior de uma linguagem comunista.

2.1. A tese de Coutinho

Partindo do possível vínculo entre o socialismo e a democracia, o qual estaria, segundo Coutinho, presente no processo de formação do pensamento marxista, o autor defende explicitamente a tese de que a democracia possui valor estratégico e universal, não possuindo, portanto, um valor apenas instrumental e tático aos socialistas.

Segundo o marxista brasileiro, a questão do valor universal da democracia é o eixo motriz de diversas controvérsias no interior do marxismo, estando na base da controvérsia entre “revisionistas” e “ortodoxos”, assim como reaparecendo nos debates pós-Revolução de Outubro (entre Rosa Luxemburgo em oposição a Lenin e Trotsky). No mais, ressalta Coutinho que a rejeição da universalidade do “modelo soviético” também seria oriunda do enfrentamento da questão democrática.

Realizando uma apropriação de uma formulação de Berlinguer¹⁶, Carlos Nelson Coutinho enfatiza a relação de não ruptura (plena) entre socialismo e democracia, defendendo a universalidade, em termos práticos e geográficos, da democracia. Ou seja, opondo-se às correntes teóricas que afirmam que a democracia política – *por sua própria natureza* – seria uma forma de dominação da classe dominante (burguesia), Coutinho disserta que há um vínculo intrínseco entre socialismo e democracia e, mais do que isso, tal vínculo possuiria especial significação para o caso brasileiro. Nas palavras do autor:

¹⁵ Esse sim, de caráter radical e inovador – ao menos para o público mais amplo – se pensado a partir da linguagem comunista brasileira do período.

¹⁶ O discurso de Berlinguer, citado parcialmente por Coutinho, foi pronunciado em Moscou em 1977, por ocasião do 60º aniversário da Revolução de Outubro. A passagem presente no artigo de Coutinho é: “A democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista”.

“Em primeiro lugar, tentaremos indicar como o vínculo socialismo-democracia é parte integrante do patrimônio categorial do marxismo; e, em segundo, mostraremos como a renovação democrática do conjunto da vida social – enquanto elemento indispensável para a criação dos pressupostos do socialismo – não pode ser encarada apenas como objetivo tático imediato, mas aparece como o conteúdo estratégico da etapa atual da revolução brasileira.” (Coutinho, 1979, p. 35)

Se a demonstração de um vínculo entre democracia política e socialismo já não é tarefa de fácil realização ao se levar em consideração a teoria marxista reinante no interior da esquerda comunista da época, soma-se ainda maior dificuldade ao trabalho de Coutinho, dado a particular vertente do pensamento marxista em que o autor buscará demonstrar a centralidade e universalidade do valor da democracia: o pensamento marxista oriundo de Lenin¹⁷.

Para o marxista brasileiro, Lenin – em polêmica com Kautsky – não negou a existência do valor universal da democracia, mas sim buscou ressaltar que o *substantivo* democracia sempre, na dimensão do real, aparece *adjetivado*, dado que regimes estatais sempre possuem conteúdo de classe determinado (salvo mínimas exceções temporais). Ainda, segundo Coutinho, a autonomia relativa das superestruturas no seio da totalidade social não é negada por Lenin, visto que o último valoriza a *práxis* política. Se, para a perspectiva marxista, é inegável que as liberdades democráticas – em sua forma moderna – tenham sua *gênese histórica* nas revoluções burguesas, o movimento teórico que Coutinho busca questionar, para assim validar a democracia como um valor permanente, é a identidade mecânica entre *gênese* e *validade* no interior do materialismo histórico (Coutinho, 1979, p. 35-36)¹⁸.

O respeito da pluralidade e da autonomia deve permanecer vigente no socialismo, dado que interesses divergentes continuariam a se manifestar na sociedade socialista. Mas enfim, o que seria essa democracia socialista, mera extensão da “democracia liberal”? De

¹⁷ Como se observará a frente, esse será o alvo das críticas realizadas por José Guilherme Merquior. Segundo esse crítico, Coutinho seria muito próximo do “marxismo crítico” (Lukács, Gramsci, entre outros), porém de modo equivocado busca em vão democratizar a imagem do leninismo. A única justificativa para isso seria, segundo Merquior, seu posicionamento interno no PCB. Em suas palavras, “mistério, sem dúvida, ligado a esses surdos combates internos, a essas obscuras guerras de religião, que constituem a histórias dos partidos comunistas e das suas respectivas intelligentsias” (Merquior, 1981, p.237). Contudo, torna-se necessário ressaltar aqui o importante papel que a retórica pode ter assumido no discurso político de Coutinho (assim como de outros intelectuais estudados), visto que o recurso retórico possui importante relevância em discursos políticos.

¹⁸ Lincoln Secco, ao se referir ao artigo de Coutinho, afirma: “Apesar do pequeno tamanho do artigo “A democracia como valor universal”, Coutinho demonstrou que o fato da democracia liberal ter uma origem burguesa, localizada nos movimentos revolucionários que levaram a burguesia ao poder, não impede que certos institutos da democracia política tenham validade permanente. Não há no marxismo coincidência absoluta entre gênese e validade, pois o fato de a arte de Homero ser a expressão do mundo grego antigo, há muito desaparecido, não impede que seu encantamento seja eterno, como dizia Marx.” (Secco, 2006, pp. 139-140). Esse ponto da tese de Carlos Nelson é criticado por Márcio Neves, que nega a validade da tese de Coutinho. O artigo de Neves, “Contribuição ao Debate sobre a Democracia”, foi publicado em *Temas de Ciências Humanas*, nº 10, 1981.

modo sintético, Coutinho responde, não. Não é mera continuidade ou progresso da democracia liberal, mas sim, o movimento se caracteriza pela superação dialética (*Aufhebung*). Segundo Coutinho:

“A relação da democracia socialista com a democracia liberal é uma relação de superação dialética (*Aufhebung*): a primeira elimina, conserva e eleva a nível superior as conquistas da segunda.” (Coutinho, 1979, p. 40)

Não se caracteriza somente por continuidade, visto que “a democracia política no socialismo pressupõe a criação (e/ou a mudança de função) de novos institutos políticos que não existem, ou existem apenas embrionariamente, na democracia liberal clássica” (Coutinho, 1979, p.37).

Em seu entender, a democracia socialista combinaria os mecanismos de representação indireta com mecanismos de representação direta nos quais sujeitos políticos coletivos atuariam, visto que o socialismo, para Coutinho, se realiza a partir da socialização dos meios de produção assim como dos *meios de governar*. Como descreve:

“Em outras palavras: o socialismo não elimina apenas a apropriação privada dos frutos do trabalho coletivo; elimina também – ou deve eliminar – a apropriação privada dos mecanismos de dominação e de direção da sociedade como um todo. A superação da alienação econômica é condição necessária mas não suficiente para a realização do humanismo socialista: essa realização implica também a superação da alienação política.” (Coutinho, 1979, p.38)

No mais, uma diferença fundamental se apresenta no conceito gramsciano de *hegemonia*, a qual seria exercida pelo conjunto dos trabalhadores representados através da pluralidade dos seus organismos. Novamente, nas palavras de Coutinho:

“Se o liberalismo afirma teoricamente o pluralismo e mistifica/oculta a hegemonia, se o totalitarismo absolutiza a dominação e reprime o pluralismo, a democracia de massas funda sua especificidade na articulação do pluralismo com a hegemonia, na luta pela unidade na diversidade dos sujeitos políticos coletivos autônomos.” (Coutinho, 1979, p.40)

Ocorrendo, segundo o marxista, em longo prazo, a absorção do Estado pelos organismos autogeridos da *sociedade civil*.

Além do mais, a tese do valor da democracia política ganha, segundo Coutinho, uma dimensão ainda mais concreta no caso brasileiro. As vicissitudes da história brasileira transformaram a questão da democracia em uma tarefa urgente, prioritária e decisiva. Dado a tendência dominante na história brasileira de ser portadora de um caráter elitista e autoritário, na qual movimentos de conciliação são praticados, assim como medidas de “cima para baixo”, a renovação democrática assumiria função-chave, pois se caracterizaria como uma

alternativa histórica à *via prussiana* que marca grande parte da história brasileira e é radicalizada até seu ponto mais alto no regime militar pós-1964.

Caberia, portanto, à oposição ao regime militar conceber a *unidade* como um valor estratégico, constituindo, assim, um *bloco democrático* a partir do qual se praticaria a *guerra de posições* frente às tentativas de golpismo (internas à própria oposição ou do regime militar), alcançando um *consenso majoritário* com a incorporação permanente – e *antiprussiana* – de novos sujeitos políticos individuais e coletivos. Desse modo, caberia à oposição lutar pela renovação democrática no Brasil, a qual se desdobraria em dois planos principais:

“Em primeiro lugar, lógica e cronologicamente, trata-se de primeiro conquistar e depois consolidar um regime de liberdades fundamentais, para o que se torna necessária uma unidade com todas as forças interessadas nessa conquista e na permanência das “regras do jogo” a serem implantadas por uma Assembléia Constituinte dotada de legitimidade. E, em segundo lugar, trata-se de constituir as alianças necessárias para aprofundar a democracia no sentido de uma democracia organizada de massas, com crescente participação popular; e a busca da unidade, nesse nível, terá como meta a conquista do consenso necessário para empreender medidas de caráter antimonopolista e antiimperialista e, numa etapa posterior, para a construção em nosso País de uma sociedade socialista fundada na democracia política.” (Coutinho, 1979, p.45-46)¹⁹

2.2. As críticas

As proposições apresentadas por Carlos Nelson Coutinho no ensaio “A democracia como valor universal” receberam críticas formuladas por autores dos mais distintos espectros políticos. Se, por um lado, José Guilherme Merquior questionou o problema da compatibilidade do leninismo com a democracia, criticando o excessivo leninismo – ou, ao menos, a constante referência ao autor – no interior da proposta de Coutinho²⁰, de outro lado, Adelmo Genro Filho e Márcio Naves questionaram a validade da tese do “valor universal da democracia” para o marxismo.

De modo claro, Merquior ressalta as qualidades da oposição realizada por Coutinho frente à concepção instrumentalista da democracia; contudo, ao mesmo tempo, o autor realiza fortes críticas ao marxismo-leninismo presente no ensaio do comunista brasileiro. Em suas palavras:

¹⁹ A frase citada possui ligeira alteração quando publicada em livro, *A democracia como valor universal e outros ensaios* (Coutinho, 1984). A passagem “lógica e cronologicamente” é abandonada. A nosso ver, a crítica de Genro Filho realizada diretamente a esse ponto, acusando-o de “não dialético” refletiu na alteração realizada por Coutinho. No mais, enfatiza-se que diversas mudanças e acréscimos no ensaio de Coutinho podem ser observados ao realizarmos uma leitura comparada do seu artigo originalmente publicado em *Encontros com a Civilização Brasileira* e a versão em livro.

²⁰ Anos mais tarde, Coutinho reconhecerá tal questão como um “problema” optando por não republicar seu ensaio. Optamos por privilegiar a exposição das críticas realizadas por Merquior e Genro Filho, dentre outras, seguindo a indicação de Carlos Nelson a respeito da relevância dessas (Coutinho, 2008, p.13).

“Carlos Nelson denuncia, constante e louvavelmente, a concepção tática, instrumentalista, de democracia, esposada pelos marxistas que não reconhecem o perene valor humano e social das liberdades democráticas e as reduzem a simples instrumento da revolução. Contudo, o Lenin democrata invocado em seu livro [*A democracia como valor universal*] é exatamente o tático de *O Estado e a Revolução* (1917) ou o líder do comunismo de guerra, dos anos da luta pela sobrevivência do regime, quando o apoio das massas proletárias e camponesas era simplesmente vital.” (Merquior, 1981, p.233)

E, de modo ainda mais direto, afirma o crítico:

“A questão, nítida e factual, é saber se esse mesmo antidemocratismo refletia ou não o cerne da política de Lenin. E a resposta é uma só: refletia.” (Merquior, 1981, p.235)

Portanto, Merquior afirma a incompatibilidade entre leninismo e democracia, ou ainda, a incompatibilidade entre a “política do partido”, tal como defendida por Lenin, e as liberdades democráticas.

De certo modo, a crítica de Adelmo Genro Filho pode ser considerada a outra face da crítica de Merquior. Fundamentalmente, o argumento é o mesmo, mas com apelo normativo inverso. Se, por um lado, José Guilherme Merquior busca explicitar a incompatibilidade – prática e, mesmo, teórica – entre leninismo e os valores democráticos para, desse modo, defender um abandono do primeiro em defesa das liberdades e conquistas democráticas, de outro lado, Genro Filho realiza o mesmo movimento de explicitação da incompatibilidade, mas para declarar a adesão à teoria revolucionária leninista.

Afirmando que “a abordagem simplista de Coutinho torna-se, na prática, reformista”, e que o equívoco desse comunista “tem sua síntese mais perfeita no próprio título [de seu ensaio]: “A Democracia como Valor Universal”, Genro Filho busca contrastar sua tese já pelo título de seu artigo, considerado uma resposta a Coutinho, “A Democracia como Valor Operário e Popular”²¹.

A seu entender, ao contrário das proposições de Coutinho:

“A teoria leninista do Estado como “comitê executivo da burguesia” e da revolução como ruptura forjada por um contra-poder que destrói o aparelho estatal é, ainda, o cerne racional do marxismo revolucionário.” (Genro Filho, 1979, p.199)

Não deve, portanto, o marxismo, devido aos erros do stalinismo, “tomar emprestado o espelho da democracia burguesa para mirar-se nele” (Genro Filho, 1979, p.201). E, mais do que isso, dado a inexistência da democracia em geral, o único valor a ser defendido é “a mobilização constante da classe operária e demais camadas populares no exercício direto do

²¹ Presente em *Encontros com a civilização brasileira*, nº 17.

poder” (Genro Filho, 1979, p.202), visto que o socialismo implicaria uma *ruptura fundamental* com os valores capitalistas e liberais.

Dessa forma, as tarefas da esquerda brasileira não se caracterizavam pela busca das liberdades e valores democráticos, tal como defende Carlos Nelson Coutinho. Para Genro Filho:

“A revolução burguesa já ocorreu no Brasil de forma completa, paralela mesmo ao processo de internacionalização da economia. Não podemos, portanto, nos limitar as tarefas da luta operária pelos critérios do liberalismo emedebista: Estado de Direito, eleições livres, liberdades sindicais e Assembleia Constituinte.” (Genro Filho, 1979, p.200)

Seria, portanto, um equívoco se preocupar com a universalidade do valor da democracia política.

Substancialmente, essa crítica também é realizada por Naves a partir de um desenvolvimento teórico distinto. Como nos afirma esse crítico, se a questão do projeto revolucionário surge como a questão da democracia há um problema, pois a última questão imprime uma lógica não condizente com a verdadeira luta de classes. Verificar-se-ia, assim, um equívoco teórico na transformação de anseios de liberdade em uma forma jurídica apropriada. Equívoco explicitado nas propostas eurocomunistas, as quais redimidas dos pecados do golpismo, da ortodoxia e do sectarismo, proporiem a comunhão da democracia e do pluralismo (Naves, 1981, pp. 111-112). Figuras da ideologia jurídica burguesa – tais como Estado de direito, sufrágio universal e legalidade – propiciariam a ocultação ou a dissimulação da luta de classes. Nas palavras de Naves:

“A “Democracia” faz silêncio sobre a luta de classes, dissolve o caráter de classe do Estado; torna impensável a ruptura revolucionária e superado o conceito de ditadura do proletariado.” (Naves, 1981, p. 113)

Ou seja, a proposta de Coutinho de transformar a democracia em um “protagonista exclusivo” da política era equivocada, pois, efetivamente, equivaleria a “recuperação” da democracia burguesa. Se alguma democracia deveria ser valorizada, seria somente a da classe proletária, ou para usarmos termos mais precisos, a ditadura do proletariado. Ainda, segundo o autor:

“A ausência de distinção entre o conteúdo de classe da democracia burguesa e da democracia operária (ditadura do proletariado), e a recusa em perceber o vínculo necessário entre democracia e reprodução das condições econômicas, políticas e ideológicas para a acumulação do capital, permitem a Coutinho pensar a democracia como uma eterna continuidade que se vai aperfeiçoando na história.” (Naves, 1981, p.113)

Esse procedimento equivocado realizado por Coutinho propiciava o entendimento de que a democracia poderia ser desvinculada de sua gênese (histórica) e adquirir valor universal. Dado essa universalidade, a democracia deveria ser conservada tanto na luta pelo socialismo como no próprio socialismo – outros dois equívocos sequenciais, segundo Naves. Pois, a tese da não-identidade entre gênese e validade era uma generalização equivocada, a nível metodológico, de um desenvolvimento específico de Marx referente à arte grega não possuindo validade geral e, além do mais, a proposta de universalidade do valor democrático era derivada da utilização equivocada do conceito de “superção dialética” (*Aufhebung*) no interior da teoria marxista²². Nas palavras do autor:

“O conceito de “superção” [*Aufhebung*] é constitutivo do campo ideológico da filosofia hegeliana, não integra a teoria marxista. Marx teve que romper com a problemática ideológica para poder fundar o conhecimento científico da história.” (Naves, 1981, p. 116)

O que merece ser ressaltado aqui é como a crítica realizada por Naves busca explicitar que a escolha por uma “via democrática” frente a uma “via autoritária” ou “golpista” seria equivocada, visto que esse problema “seria exterior ao campo da luta de classes e à sua história”, ou ainda, uma aplicação reducionista fruto de se “subordinar o marxismo revolucionário às categorias abstratas da “ciência política” burguesa” (Naves, 1981, p.118). Assim, segundo o crítico, a democracia adquire uma função mágica (que autoriza a associação dessa com o projeto socialista) na proposta de Coutinho. Obscurece-se, desse modo, a relação existente entre a *democracia* e o *capital*, entre os “valores democráticos” e as condições da produção capitalista²³.

Tanto essas críticas à tese do valor universal da democracia, quanto os desenvolvimentos apresentados por Coutinho, se realizam em torno da utilização de usos conceituais particulares. Se, por um lado, usos conceituais inovadores oriundos, sobretudo, das obras de Gramsci e de Lukács, caracterizam a proposta democrática de Carlos Nelson, assim como de outros intelectuais marxistas que aderiram a tese da “democracia como valor universal”, por outro lado, é, justamente, a recusa da legitimidade dessa inovação (e

²² O presente trabalho não visa realizar uma exegese do trabalho de Marx e, mais do que isso, o pesquisador não possui as qualidades necessárias para tal tarefa. Contudo, merece ser ressaltado que uma leitura dos *Grundrisse*, sobretudo sua “Introdução”, possibilita notar a plausibilidade desse ponto da proposta de Coutinho no interior da teoria marxiana.

²³ Baseando-se em Bernard Edelman, Naves sustentará que “a liberdade e a igualdade são criadas pelo processo do valor de troca”, sendo que ao criá-las, tal processo também cria a ilusão de que tal liberdade e tal igualdade são reais. Nesse processo o direito e a ideologia jurídica cumpririam papel decisivo. A partir disso, Naves direciona seu ataque a tese de Coutinho: “Não reconhecendo essa relação entre o movimento do capital e a “sociedade” democrática fundada nas leis naturais da liberdade e da igualdade (Edelman), C. N. Coutinho pode então pensar a via revolucionária e o próprio socialismo como um *alargamento* da democracia” (Naves, 1981, p. 121). Resta saber até que ponto a proposta de Coutinho pode ser entendida como um *alargamento democrático*. Como poderá ser verificado a frente, julgamos tal leitura insuficiente.

justificação) teórico-conceitual dentro de uma linguagem marxista a tarefa que os principais críticos buscam realizar, demonstrando como o marxismo-leninismo não possibilitaria tais conclusões democráticas.

São esses usos conceituais de categorias oriundas, sobretudo, das obras de Gramsci e Lukács – os quais marcam a tese da “democracia como valor universal” – que pretendemos abordar abaixo.

3. USOS CONCEITUAIS: UMA INTERPRETAÇÃO

Como já sugerimos anteriormente, defendemos a tese de que sincronicamente à incorporação da questão democrática, ocorreu a adesão a novos referenciais teóricos, assim como um movimento de redescoberta de teóricos já centrais para os comunistas brasileiros. Carlos Nelson Coutinho utiliza esse novo repertório conceitual ao apresentar sua proposta democrática. Entretanto, esse movimento de renovação do repertório conceitual marxista também pode ser observado nos demais autores que constituem o “grupo” que aderiu à democracia anteriormente citado.

Conceitos oriundos das obras de Gramsci, Lukács e de certo Lenin, são apresentados e utilizados de modo inovador nas publicações de Coutinho, Werneck Vianna, Leandro Konder, Ivan de Otero Ribeiro, Marco Aurélio Nogueira, entre outros. Presentes tanto em manifestos, análises conjunturais do período (nas quais constantemente a importância da luta pela democracia é reafirmada), como também em trabalhos de caráter acadêmico, esses conceitos se aglutinam num arcabouço conceitual renovado que é parte estruturante da compreensão teórica da história, como também da conjuntura político-social, defendida pelo grupo. Destaca-se, em especial, o conceito de *via prussiana*, o qual pode ser considerado, a nosso ver, como o conceito-núcleo da argumentação apresentada por esses intelectuais. Tal categoria (*via prussiana*) foi originalmente utilizada nos estudos agrários realizados por Lenin, em *O programa agrário da social democracia-russa*, em contraste com a *via norte-americana*. Como nos afirma Werneck Vianna, referindo-se a tese de Lenin:

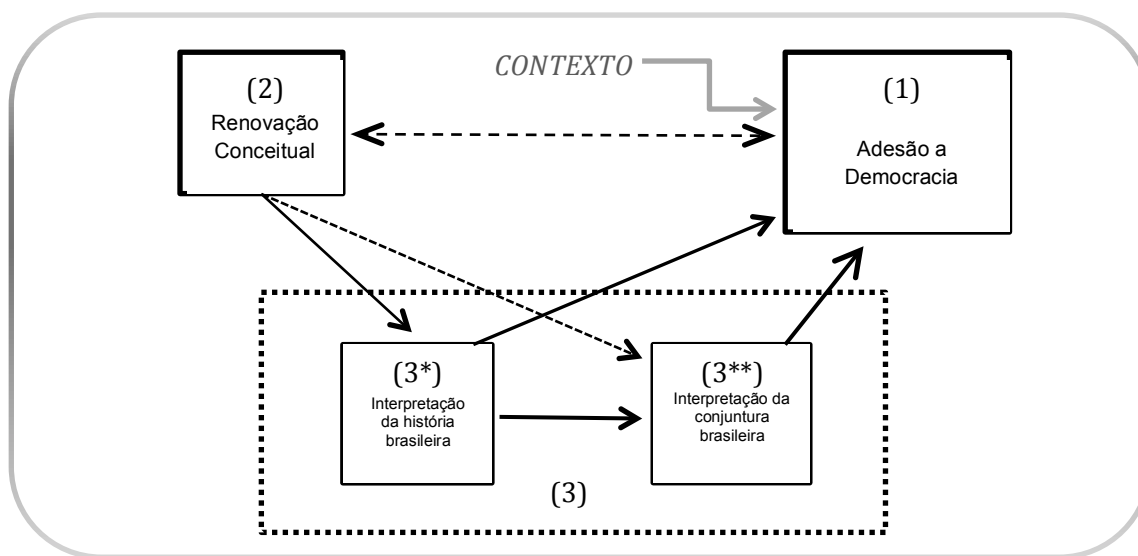
“Os tipos básicos de transformação do mundo agrário, sob hegemonia da burguesia, consistiriam no que se chama de modelo prussiano e no seu oposto, o norte-americano. O primeiro corresponde à situação em que a modernização e o capitalismo transformam a economia feudal – e se poderia dizer de forma mais geral, as relações sociais agrárias – tendo como agente decisivo a grande propriedade de renda da terra. A liquidação das antigas relações de propriedade no campo não se faz num só processo, mas por uma adaptação progressiva, mais lenta nuns casos do que noutros, ao capitalismo. O tipo norte-americano depende de uma articulação diversa, em que a pequena propriedade camponesa joga um peso considerável, acabando por eliminar revolucionariamente a excrescência do latifúndio feudal do organismo social, desenvolvendo-se, a partir, daí em direção a economia capitalista.” (Vianna, 1999, p.163-164)

Alocado de modo particular na reconstituição da história brasileira, o conceito de *via prussiana* de modernização conjuntamente com as categorias *revolução passiva*²⁴, *revolução-restauração* e *modernização conservadora* constituíram o eixo da nova compreensão histórica e conjuntural do país²⁵.

A nosso ver, conjuntamente ao movimento (1) de valorização da democracia, podemos observar (2) uma renovação teórico-conceitual. Esses movimentos (1) e (2) se retroalimentam de forma particular, mas, sobretudo, de modo indireto²⁶. Há um terceiro movimento – (3) uma nova interpretação da história brasileira e da conjuntura brasileira – presente na teoria dos intelectuais comunistas que aderiram à democracia, esse, sim, é em grande parte decorrente do (2) movimento de renovação teórico-conceitual.

O movimento (3) pode ser subdividido em (3*) uma nova interpretação da história brasileira (de modo mais amplo), o qual possibilita (3**) a nova interpretação da conjuntura político-social brasileira. Esse movimento geral (3) justifica e valida o movimento (1), de adesão à democracia²⁷.

De modo gráfico:



²⁴ A expressão “revolução passiva” foi usada por Vincenzo Cuoco, em *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli*, que a utilizou para descrever a ausência de participação popular na Revolução Napolitana de 1799. Gramsci, nos *Cadernos*, reelabora a categoria na compreensão do *Risorgimento*, adotando os seguintes sentidos para tal expressão: (1) em alguns aspectos remete-se ao original, significa uma revolução sem participação popular, devido, em grande parte, a uma “direção conservadora”, como é do *Risorgimento*; (2) exprime uma transformação social “molecular” que avança sobre a sociedade quando a classe progressista não pode avançar livremente, podendo ser considerada como uma solução mais regressiva que progressiva, sempre voltada para a preservação da ordem e para a valorização da tradição (cf. Hore; Nowell-Smith, 1992).

²⁵ O uso conceitual de *via prussiana* também foi realizado – de modo inovador – por José Chasin, em *O integralismo de Plínio Salgado*. Contudo, não analisamos tal obra no presente trabalho – assim como não consideramos esse intelectual parte do grupo aqui estudado – dado suas posições políticas e teóricas distintas.

²⁶ Diferente de parte da bibliografia sobre o tema, não consideramos a passagem de (2) para (1) como direta, imediata, ou, mesmo, evidente ou óbvia.

²⁷ Como pode ser observado, no fluxograma abaixo a partir das setas (quanto mais grossa a seta, mais evidente/explicito é o movimento). Acreditamos que a adesão à democracia, no interior das teses dos marxistas brasileiros, é justificada, sobretudo, a partir do movimento (3**) de compreensão da conjuntura política brasileira.

Ou seja, o que estamos buscando explicitar é como esse grupo de comunistas brasileiros apresenta uma renovada interpretação da história brasileira a partir de usos conceituais inéditos, e, mais do que isso, deriva-se dessa nova interpretação da história uma renovada interpretação da conjuntura política nacional, a qual legitima a adesão à democracia. Compreendendo, de modo geral, a história brasileira a partir, sobretudo, das categorias de *via prussiana* de modernização, *revolução restauração*, *modernização conservadora* e de *revolução passiva*, tais intelectuais deslocam a situação do Brasil perante a teoria marxista da história ressignificando o valor da democracia²⁸. O Brasil é, fundamentalmente, visto como um país capitalista moderno, o qual é caracterizado por uma história repleta de elos de continuidade com o seu passado, nessas teses. As mudanças históricas são realizadas *pelo alto*, centralmente pelo Estado, ocorrendo a manutenção das elites e a exclusão das classes populares ao longo da história do país.

Como afirma Leandro Konder:

“Na evolução da sociedade brasileira, as transformações não resultam de revoluções, não foram a consequência direta de movimentos populares.

(...)

As mudanças eram realizadas mediante acordo entre os grupos economicamente dominantes. Ao Estado cumpria ensejar tais acordos e manter as massas afastadas da vida política (para isso, eram constantemente fortalecidos os aparelhos burocráticos de dominação direta).

Quando era necessário, produzia-se entre nós uma “modernização conservadora”. Esse caminho foi chamado por Lenin de “caminho prussiano” (ou “via prussiana”, como se prefere dizer agora); a partir do exame da evolução da economia agrária alemã, Lenin descobriu a universalidade dessa “via”, sua função de evitar a revolução. Lukács analisou os efeitos da “via prussiana” sobre a supra-estrutura política e cultural da Alemanha e da Hungria. Nestes últimos anos, diversos pesquisadores vêm observando as formas assumidas pela “via prussiana” no Brasil.

(...)

Tanto em decorrência da fraqueza da sociedade civil como por força da sua função de legitimação da “via prussiana”, a ideologia dominante (que, como notaram Marx e Engels, é sempre a ideologia das classes dominantes) difundia, entre nós, de maneira sistemática, preconceitos antidemocráticos; e culpava o povo por ter sido este marginalizado.” (Konder, 1980, p.17-21)

Essa leitura do país, sintetizada por Konder, abre caminho para a adesão à democracia. Aderir à democracia agora, segundo esses intelectuais, significa uma forma de ruptura com o decorrer da história brasileira (com a *via prussiana*), a qual manteve marginalizado o povo, e assumiu seu ápice no regime militar pós-1964 brasileiro. E, mais do que isso, significa romper

²⁸ Um leitor crítico poderia (re)afirmar que, nas teses desses autores, a democracia não possui “valor universal”, mas sim, valor local (histórico-geográfico). Tendemos a concordar, em parte, com essa crítica; porém, a valorização local não impede a universalidade desse mesmo valor político.

com os “preconceitos antidemocráticos” presentes na ideologia local propiciando nítidos ganhos (materiais) às classes subalternas²⁹.

Os próprios intelectuais que realizaram essa nova formulação teórica reconhecem o papel decisivo da renovada compreensão da história do país em suas teses. Como nos informa Nogueira, ao dissertar a respeito da influência do marxismo italiano no Brasil:

“[O] marxismo italiano – e, aqui, sobretudo, o gramscismo – estimulará uma expressiva revitalização dos estudos sobre a história brasileira. Agregará novas categorias e perspectivas ao entendimento do caráter prussiano, autoritário e elitista assumido pelo processo de formação da nacionalidade e de desenvolvimento capitalista no Brasil, facilitando a compreensão de diversos de seus componentes superestruturais. As análises gramscianas do *Risorgimento* e do fascismo italiano (das quais derivam, entre outros, os conceitos de “revolução passiva” e “revolução-restauração”), por exemplo, ajudarão sobremaneira a explicitar nuances decisivos da modernização conservadora reforçada pelo regime resultante do golpe militar de 1964, requalificarão o conhecimento sobre o “atraso” brasileiro e iluminarão questões – o fortalecimento da sociedade civil, a nova forma do Estado, o “transformismo” dos políticos, etc. – até então pouco consideradas pela intelectualidade.” (Nogueira, 1985, p. 140)

Não deixa de ser interessante realizarmos, novamente, o contraste com a teoria dominante no pensamento de esquerda até a época. Como sintetiza Aarão Reis, ao realizar um diagnóstico mais amplo da história política brasileira, as esquerdas no Brasil até esse período histórico privilegiavam as questões relativas à justiça e a soberania nacional, considerando a democracia uma consequência dessas questões primeiras. Nas palavras do historiador:

²⁹ A nosso ver, o eixo central dessa tese é sustentado até os dias atuais pelos intelectuais estudados, ocorrendo somente o abandono do que poderíamos nomear de (sub)teses marxista-leninistas. No entanto, é necessário ressaltarmos uma exceção: Luiz Werneck Vianna, em *A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil* (Vianna, 2004), sobretudo na parte final de seu artigo *Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira* ressignifica a questão da “revolução passiva”, marca da nossa história, buscando apresentar a categoria de modo *positivo*. Explica-se: ao contrário do que até o momento foi apresentado, nessa obra Werneck Vianna considera que as características particulares da história brasileira podem *favorecer* o desenvolvimento da democracia política (e social) no país.

Álvaro Bianchi tende a diagnosticar como equivocada a possível positivação da “revolução passiva”, tal como formulada por Gramsci. No mais, busca dissociar uma leitura fidedigna da obra gramsciana da qual foi introduzida no Brasil pelos intelectuais aqui analisados. Como nos afirma o autor, a respeito da difusão da obra do pensador sardo: “No contexto da difusão da obra de Gramsci no imediato pós-guerra, essa imagem permitia transformar Gramsci em um antecessor da “via italiana para o comunismo”. Assim, Togliatti, no 20º aniversário da morte de Gramsci pronuncia em discurso no Comitê Central que o PCI “soube compreender e seguir o ensinamento de seu fundador, recolheu sua herança e nela tem tido fé.” O contexto do discurso é de grande importância, pois apenas um ano antes, em seu VIII Congresso, o PCI havia formulado politicamente a especificidade dessa via e afirmado uma estratégia de avanço democrático em direção ao socialismo. A herança gramsciana se expressaria, assim, na nova política reformista do PCI, “a nossa estratégia [do PCI] e nossa tática, na luta pelo desenvolvimento da democracia italiana em direção ao socialismo.”

Foi a partir dessa leitura que alguns intérpretes apropriaram-se do conceito gramsciano de revolução passiva, atribuindo-lhe um significado programático. A idéia, que esse conceito pretendia expressar na obra de Gramsci, de uma transformação molecular (gradual e reformista) da sociedade, converte-se, assim, para tais intérpretes, em estratégia política das classes subalternas, que deveria apropriar-se dessa forma do movimento político da burguesia com o intuito de subvertê-la, invertê-la ou modulá-la.

A estratégia gramsciana caminha, entretanto, no sentido oposto dessa positivação. É uma estratégia de anti-revolução passiva.” (Bianchi, 2006, p. 2)

“As esquerdas no Brasil, de seu lado, e até meados dos anos de 1970, tenderam a privilegiar, em seus programas e lutas, questões relativas à justiça social e a soberania nacional. Em consequência, em seu âmbito, conformou-se uma cultura política nacional-estatista: o trabalhismo e o comunismo foram expressões e fatores dessa cultura, e não gratuitamente constituíram-se como as principais forças das esquerdas até 1964. Nessa formulação, a autêntica democracia, para existir, teria, como pré-requisitos, a igualdade social e a “segunda” independência, a real e efetiva, a econômica. Sem isso, a democracia seria uma farsa. Assim, as esquerdas deveriam lutar por reformas e, se fosse o caso, pela revolução, para ganhar a igualdade e a soberania. Como resultado desse processo, teríamos então a democracia, a verdadeira.” (Aarão Reis, 2006, p.13)

Desse modo, a tese formulada pelo grupo de intelectuais aqui analisado realiza uma completa inversão causal do “modelo clássico” das formulações das esquerdas brasileiras – entre as quais, as realizadas pelo próprio PCB, partido ao qual esses intelectuais eram filiados – sem, romperem, contudo, com um tipo de linguagem e desenvolvimento argumentativo-conceitual marxista “tradicional”.

Se anteriormente existia uma análise causal que afirmava a *necessidade* de “justiça social” e “independência nacional” para a ocorrência da *verdadeira democracia*, a nova formulação, proposta por Coutinho e demais intelectuais, vê na democracia o ponto de ruptura que levará à justiça social.

Ressalta-se que, na nova interpretação realizada pelo grupo de intelectuais estudados, a questão da verdadeira democracia continua a existir, mas, agora, de modo diferenciado. A questão agrária, por exemplo, é ressignificada na questão da “urgente” reforma agrária, enquanto a questão nacional torna-se um pressuposto argumentativo (presente na reformulada proposição da especificidade da história brasileira, i. e., na *via prussiana* de transição ao capitalismo). Já o enfoque na questão nacional/independência frente ao imperialismo perde centralidade (ao menos, direta) enquanto uma questão a ser resolvida de modo independente³⁰.

Ou seja, na nova argumentação apresentada, a democracia política³¹ se tornou o centro argumentativo, ocorrendo uma clara inversão de causalidade: se, anteriormente, a verdadeira democracia era vista como uma consequência, agora passa a ser considerada uma “causa primordial” no caminho ao socialismo.

³⁰ É possível se imaginar que tal questão tende a ser solucionada de modo decorrente para a verificação de uma “verdadeira sociedade democrática” no Brasil.

³¹ Estamos considerando “democracia política” como núcleo conceitual da categoria mais ampla “democracia”, nos desenvolvimentos teóricos de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna e demais adeptos de tal posição.

Sem dúvidas, a passagem da democracia para o socialismo não está (ainda) desenvolvida de modo claro nos trabalhos desses intelectuais³². Além disso, como afirmado anteriormente, em tais propostas podemos observar a ocorrência remitante de uma clara associação entre democracia política e justiça social, porém com inversão de vetores. A luta pela democracia política direcionaria a sociedade à justiça social, ao caminho adequado ao socialismo.

Ao voltarmos às críticas realizadas por teóricos marxistas às teses desse grupo de intelectuais, pode-se explicitar a inovação realizada por Coutinho e demais intelectuais. Como afirmado, na nova formulação proposta, a conquista política da democracia se realizaria como uma ruptura frente a história prussiana de marginalização das classes populares.

É justamente essa proposição da aquisição da democracia, em si, como uma ruptura positiva frente à história brasileira que é negligenciada por críticos, tais como Naves. Para o autor, verifica-se justamente o inverso, o problema da proposta marxista pró-democracia (de Coutinho e, conseqüentemente, dos demais marxistas) seria a ausência de uma ruptura essencial. Em sua crítica a proposta de Carlos Nelson, evidencia-se tal questão:

“O que o discurso de Coutinho não é capaz de produzir é a noção de *ruptura*. Desse modo fica impossibilitado de estabelecer tanto uma demarcação entre a democracia burguesa e a democracia socialista, como também torna-se incapaz de pensar uma estratégia revolucionária, liberta do domínio da ideologia burguesa. Daí decorre a concepção de que a democracia se constitui em um *objeto estratégico*, (...) e que traduz, antes de mais nada, uma grave confusão entre *poder de Estado* e *forma de Estado*, pois o objetivo perseguido pela classe operária na luta de classes, a sua meta estratégica é a *conquista do poder político* (poder do Estado), e não uma das *formas pelas quais esse poder é exercido* (formas de Estado).” (Naves, 1981, p. 122)

Ou seja, o que Naves diagnostica é a determinação do conteúdo a partir da forma; isto é, a forma de Estado (Democracia) em Coutinho teria anterioridade em relação ao poder de Estado, determinando *a priori* a conquista e o funcionamento do poder. Em outras palavras, “a Democracia surge como *elemento fundante* do Estado proletário” (Naves, p. 1981, 122), desaparecendo o papel da luta de classes.

Contudo o que Naves não reconhece (ou, mesmo, não deseja reconhecer) é o deslocamento da noção de *ruptura* no interior da teoria de Coutinho se comparada com as teses marxistas-leninistas tradicionais. Como afirmado, Naves – assim como Genro Filho – enfatiza a incapacidade da tese de Coutinho produzir (e/ou levar em consideração) uma *ruptura fundamental* entre o socialismo e os valores capitalistas presentes na democracia

³² Não, necessariamente, isso deve ser considerado um problema. Não são poucos os teóricos contemporâneos vinculados, de alguma forma, ao marxismo ou à teoria crítica que defendem a não-teorização da mudança/revolução, visto que a ação, a *práxis* (pura), deveria assumir um papel dominante (não limitado por uma teoria anterior) em situações de efervescência político-social.

burguesa. Porém, o que tais marxistas não levam em consideração é que tal *ruptura* está deslocada na proposta de Coutinho. Se, de fato, não se verifica uma distinção nítida – mas, sim um processo de superação dialética – entre democracia (não adjetivada) e socialismo na proposta de Carlos Nelson Coutinho, a *ruptura* se daria entre uma nova situação democrática e a história e conjuntura política de caráter prussiano em que se encontrava o Brasil – ápice de um amplo movimento de revolução passiva, com componentes de transformismo, no qual um Estado ampliado buscava sufocar, o quanto possível, a emergente sociedade civil.

Portanto, enfatiza-se que, é a partir desse movimento de interpretação da história brasileira (e, também, da conjuntura política do período) que a adesão à democracia é justificada pelos intelectuais comunistas aqui analisados. Desse modo, a partir de tal “realocamento histórico” do Brasil no interior da teoria marxista³³, o grupo de comunistas apresentou uma particular conciliação do relacionamento (tenso, ao menos, até esse momento) entre marxismo e democracia política. Além do mais, não há, conseqüentemente, uma alteração no núcleo (*core*) da teoria marxista para realização desse movimento conciliatório. De modo distinto a outros grupos de intelectuais marxistas que aderem aos valores democráticos, os comunistas brasileiros não realizaram uma mudança fundamental no núcleo conceitual da linguagem marxista³⁴, mas, sim, realizam usos de acréscimos conceituais, os quais foram utilizados em compreensões da história e da conjuntura política do Brasil que legitimam o movimento democrático.

Ressalta-se ainda, ao contrário do que em um primeiro momento pode se pensar, a contribuição teórica dos comunistas brasileiros não é inferior a dos demais intelectuais que aderem aos valores democráticos realizando alterações fundamentais na linguagem marxista. Pelo contrário, se entendermos o comunismo como opção que abrange todas as esferas da vida – uma ética da convicção que abrange a totalidade da existência (*cf.* Hobsbawm, 2003) –, a qual o indivíduo carrega ao longo de todo o seu viver, tal como os próprios comunistas gostam de enfatizar, as realizações dos intelectuais brasileiros ganham importância ainda maior. Sem abandonarem o materialismo histórico – continuando a alocar um rígido conceito de *verdade* na História (*Weltgeschichte*) –, o grupo comunista valida teoricamente, no interior do marxismo (não distante do clássico)³⁵, a adesão à democracia política, suas instituições e,

³³ O desenvolvimento teórico em torno das histórias nacionais que possibilitou tal realocamento cognitivo foi realizado, sobretudo, por Gramsci, a partir da proposição de uma dicotomia *Ocidente – Oriente*, da qual se deriva diversos outros usos conceituais, tais como *guerra de posição – guerra de movimento*.

³⁴ Entre outros grupos oriundos do marxismo que aderem à democracia e realizam mudanças fundamentais no núcleo conceitual marxista, podemos citar alguns intelectuais oriundos do grupo “Socialismo ou Barbárie”, em especial Lefort e Castoriadis, assim como os “marxistas analíticos”.

³⁵ Ou seja, não abandonando o materialismo histórico, a teoria do valor trabalho, entre outras características centrais da obra de Marx.

até mesmo, a valores liberais³⁶. Se, como estamos afirmando, ler Gramsci – ou mesmo Lukács e, sobretudo, Lenin – não determina obrigatoriamente, nem de modo direto ou imediato, a conversão de um comunista a democrata, os intelectuais aqui analisados produziram uma significativa contribuição teórica. Tal contribuição ocorreu por meio da apropriação desses autores e da realização de usos conceituais a partir das referências teóricas para, do interior de um *repertório marxista*, validarem a adesão à democracia política³⁷. A ocorrência na Europa, em especial na Itália (com o Partido Comunista Italiano (PCI)), de um movimento teórico-político semelhante, não reduz a *inovação* política e conceitual dos intelectuais brasileiros.

No plano conceitual, por exemplo, observa-se que a utilização combinada dos conceitos de *revolução passiva* e de *via prussiana* (com demais categorias agregadas) permitiu aos intelectuais brasileiros superarem as limitações do uso restrito da noção de “via prussiana”. Dado que o conceito de Lenin concentra-se nos aspectos infraestruturais, ele impossibilita a compreensão plena dos eventos, pois as características supraestruturais que acompanham, podendo até determinar, essa modalidade de transição não podem ser analisadas. Daí, a utilização conjunta da terminologia de Lenin – que já é alocada de modo distinto por Lukács – com a noção gramsciana de *revolução passiva*. A utilização dessa última, que se concentra nos aspectos supraestruturais (em especial políticos), potencializou a análise dos comunistas brasileiros. No mais, o inverso também é válido: o uso articulado dessas categorias também favorece o entendimento, se comparado apenas com o uso da terminologia gramsciana, pois essa não pode ser lida de modo positivo, mas apenas como um “critério de interpretação”³⁸.

Deve se ressaltar que os autores considerados “eurocomunistas” – em especial, os marxistas italianos agrupados em torno do Partido Comunista Italiano – também aderem a democracia política ser realizarem nítidas rupturas com o núcleo teórico marxista.

³⁶ A relação entre o marxismo e as conquistas liberais é ponto de análise por diversos autores. Entre outros, destaca-se Steven Lukes (Lukes, 1982) que tende a negar que um marxista reconheça como um valor, em si, os direitos humanos, e Christine Sypnowich que afirma que uma sociedade socialista necessita de instituições legais para julgar disputas entre cidadãos (e comunidades) (Sypnowich, 1992). No mais, sobre a questão dos valores é interessante notar como Coutinho, na segunda edição de seu ensaio, empenha-se em afirmar que sua concepção de valor não é kantiana, mas sim, *uma categoria ontológica-social*, tal como presente no pensamento de Lukács e, em especial, em Agnes Heller.

³⁷ Dado a qualidade (e, também, quantidade) dos trabalhos acadêmicos brasileiros que buscam estruturar a partir de uma leitura de Gramsci a defesa de valores democráticos e liberais, tornou-se certo consenso no meio acadêmico brasileiro a leitura “liberal-democrática” do autor sardo. Contudo, a nosso ver, tal movimento “liberal-democrático” não é o único possível de se realizar a partir de uma leitura interna do autor. Uma possível validação da nossa hipótese, no campo do pensamento político brasileiro, se encontra na particular leitura do autor sardo (dissidente da dos intelectuais aqui analisados) realizada por Oliveiros Ferreira em *Os 45 cavaleiros húngaros*, que atribui ao elemento de *força* uma centralidade tanto no pensamento gramsciano como na política.

³⁸ Essa qualidade dos usos conceituais conjuntos foi observada pelos próprios intelectuais, em especial por Coutinho (Coutinho, 2007). No mais, como nos afirma Koselleck (Koselleck, 2006), o uso de um conceito social e político normalmente é combinado com outro(s), o que é verificado no caso analisado.

Além do mais, há uma elevada complexidade em torno dos usos conceituais realizados pelos intelectuais analisados neste estudo que invalida as teses que defendem que os intelectuais comunistas brasileiros que aderiram à democracia a partir dos anos 1970 realizam uma *apropriação* (em níveis absolutos) das teorias do chamado “eurocomunismo”. Como indicado anteriormente, podemos observar o uso de uma determinada *linguagem conceitual comum* entre os variados intelectuais brasileiros e seus referenciais teóricos, tais como Gramsci e Lukács, a qual também pode ser encontrada em parte das obras “eurocomunistas”, sobretudo ligadas ao PCI. Contudo, a verificação de uma *semelhança de linguagem* não nos autoriza validar uma identidade completa entre as ideias apresentadas por Carlos Nelson Coutinho, por exemplo, com as de um intelectual “eurocomunista”.

Dessa forma, legitima-se a afirmação de Marco Aurélio Nogueira:

“O eurocomunismo não foi imitado ou grosseiramente copiado, mas tratado como elemento de vanguarda da moderna teoria socialista, uma espécie de ponte que permitiu saltar as armadilhas do “marxismo-leninismo.” (Nogueira, 1985, p. 139)

Como buscamos apresentar, é justamente um movimento *inovador*, não encontrado em demais obras marxistas, de um enquadramento histórico do Brasil em uma *via prussiana* (obviamente, ausente na obra de intelectuais vinculados ao PCI, por exemplo) que valida e justifica a adesão política à democracia no interior das teses dos comunistas brasileiros.

Ou seja, ao realizarem uma realocação³⁹ dos conceitos-chave, como também, de modo geral, das ideias, cada um dos intelectuais brasileiros realiza uma *reconstrução* particular da teoria, a partir de um *uso* particular das referências teóricas, as quais também são realocadas e reconstruídas constantemente. Os usos de Gramsci no debate brasileiro são distintos dos presentes no debate argentino, ou mesmo italiano, por exemplo⁴⁰. Como Benedetto Fontana observou, “parece haver tantos pontos de vista sobre Gramsci quantos são seus intérpretes” (*apud* Germino, 2003, p. 127)⁴¹.

³⁹ A nosso ver, a realocação se dá tanto a nível teórico, como também nos ambientes sociais. Ou seja, estamos abertamente nos opondo àqueles que propõem ou aceitam a “apropriação” de ideias ou conceitos, pois tal uso conceitual considera as ideias e conceitos como categorias não mutáveis, externas à conjuntura político-social e ao pensamento do autor.

⁴⁰ Além disso, deve-se considerar que as leituras de uma determinada referência teórica variam de um intelectual para outro. Em relação aos usos distintos do pensamento de Gramsci estamos nos baseando, sobretudo, nas obras de Portantiero e Aricó (Portantiero, 1977; Aricó, 1988). Algumas questões a esse respeito serão desenvolvidas no tópico seguinte do Capítulo.

⁴¹ Portantiero, em *Los Usos de Gramsci*, também ressalta a variedade dos usos que Gramsci recebeu na América Latina. O autor diagnostica que Gramsci transformava-se em “um novo pensador com características distintas” a cada uso que era destinado. Em um momento, Gramsci era considerado um intelectual culturalista, já em outro defende a primazia da política, num outro a importância da questão nacional e da formação do bloco histórico. Em uma fase Gramsci é considerado espontaneísta, utópico, enquanto, em outra fase, é favor de um partido “jacobino”, de uma revolução dirigida por uma vanguarda, por um Partido, e assim por diante.

A verificação de uma *semelhança de linguagem* não nos autoriza a validar uma *identidade* completa nos usos conceituais dos próprios intelectuais comunistas brasileiros. Se, de modo mais abrangente, podemos validar a hipótese de que há um movimento comum nos usos conceituais a partir do qual os comunistas brasileiros justificam a adesão à democracia, o que merece ser destacado aqui é como uma análise conceitual detalhada revela os usos distintos (não antagônicos) dos conceitos.

Ao voltarmos o enfoque ao ensaio “A Democracia como Valor Universal”, podemos observar, sobretudo em “O caso brasileiro: a renovação democrática como alternativa à ‘via prussiana’” (parte final desse ensaio), como as proposições de Coutinho em grande parte se enquadram no movimento que estamos buscando demonstrar. Como já afirmamos, enfatizando a característica “prussiana”, de conciliação, da história brasileira, o autor busca explicitar que a tarefa prioritária aos brasileiros é a de renovação democrática, a qual seria uma alternativa histórica à “via prussiana”.

Utilizando-se de ampla gama de conceitos gramscianos (e, de modo mais indireto, de conceitos oriundos de Lukács), Coutinho evidencia o crescimento da “sociedade civil” que abriria possibilidades concretas de intensificar a luta pelo aprofundamento da democracia política⁴², a qual deveria se caracterizar pela *hegemonia* dos trabalhadores, das classes populares. Contudo, a nosso ver, o que pode particularizar os usos conceituais do autor perante os demais intelectuais brasileiros é sua proximidade teórica a certo pensamento de cunho republicano, em especial, Rousseau⁴³. Associando a categoria de *hegemonia* (Gramsci) ao uso conceitual de *vontade geral* de Rousseau, Coutinho busca solucionar problemas

⁴² No artigo “Alternativas da transição”, publicado em *Presença*, nº 3 (maio de 1984), Coutinho realiza um melhor desenvolvimento dessa questão recusando a nomeação teórica do regime instaurado no Brasil pós-1964 de “fascista”. Segundo o autor, exatamente ao contrário do desenvolvimento de um regime fascista – que busca conquistar setores da sociedade civil existente, para posteriormente se realizar a tomada do poder do Estado –, o qual depende de um partido de massas ativo e altamente mobilizador, no Brasil o sucesso do regime instaurado pós-1964 foi a debilidade da sociedade civil da época, que com o passar dos anos vem se fortalecendo.

⁴³ Michel Zaidan Filho, em resenha publica em *Presença*, nº 9 (Fevereiro de 1987), também nota certa proximidade de Coutinho com a teoria de Rousseau, mas na obra posterior de Coutinho (*As esquerdas e a democracia*), em suas palavras: “Coutinho propõe que a defesa da democracia como valor universal impõe aos marxistas conseqüentes uma leitura **rousseauiana** de Gramsci: ou seja, **pensar a hegemonia como contrato**, uma vez que mesmo no legado gramsciano é difícil compatibilizar hegemonia com pluralismo.” (Zaidan Filho, 1987, p.173, grifos do autor). Tal proximidade, a nosso ver, já está presente em *A democracia como valor universal*, sobretudo, de modo mais evidente, em sua primeira versão.

Em 1986, Coutinho afirmou que estava se dedicando a “uma tentativa de fazer uma leitura de Gramsci a partir de sua relação com Rousseau, mostrando como o conceito de hegemonia em Gramsci tem muito em comum com o conceito de contrato no sentido de Rousseau, ou seja, do contrato que tem como pressuposto e como resultado a “vontade geral”.” Continuará ainda Carlos Nelson, “minha proposta está muito ligada à necessidade, que me parece existir, de uma distinção entre liberalismo e democracia. (...) A democracia, decerto, é mais do que o liberalismo; é mais, porém, precisamente porque incorpora o liberalismo.” (Garcia, 1986, p.97). Porém, essa proposta teórica não foi finalizada.

No mais, não deixa de ser importante destacar que o último livro do autor (2011) foi intitulado de *De Rousseau a Gramsci – ensaios de teoria política*. Contudo, a nosso ver, tal movimento entre as teorias dos autores não é demonstrado – ao menos, de modo completo – em tal obra.

centrais a teoria marxista (cf. Coutinho, [1994], 2008). Por exemplo: como conciliar interesses conflitantes no socialismo? Caberia ao parlamento realizar uma “síntese política”, porém os demais sujeitos coletivos possuiriam importância na construção do “consenso” democrático⁴⁴.

Ressalta-se o movimento entre os conceitos: democracia política → hegemonia dos trabalhadores → consenso. Porém, antes de realizarmos apressadas conclusões que levariam a demonstrar uma teoria com possível cunho totalitário, explicita-se que na tese de Coutinho há um evidente humanismo socialista⁴⁵.

Já nas demais obras e artigos de Coutinho, assim como em grande parte das obras e artigos de Leandro Konder, os usos conceituais oriundos de Gramsci e Lukács ganham uma inclinação para o campo estético e simbólico, em especial literário, assim como estão focalizados na questão do papel dos intelectuais na sociedade⁴⁶.

Esses usos conceituais podem ser contrastados com os realizados por Luiz Werneck Vianna, em *Liberalismo e Sindicado no Brasil*, originalmente tese de doutoramento defendida em 1976 na Universidade de São Paulo⁴⁷. Todavia, ao contrário do que em primeiro momento se pode imaginar, tal trabalho de Werneck Vianna, mais do que uma tese acadêmica ou monografia especializada, pode ser considerado – utilizando-se das palavras do próprio autor – “um ato de resistência”, “um documento político em forma de tese” (Vianna, 1999). Se de modo amplo a tese apresentada nessa obra é, novamente, similar ao movimento conceitual mais geral que apresentamos aqui, os desenvolvimentos internos são distintos. Fortemente inspirado pela obra de Lenin, Werneck Vianna busca apresentar uma compreensão distinta da Revolução de 1930 presente na bibliografia histórica brasileira. Concordando com a hipótese formulada por Lenin, que “o caráter específico de uma formação social do modo de produção capitalista depende de como a burguesia encaminha a resolução da questão agrária e das

⁴⁴ A questão da relação entre democracia e consenso se torna evidente na crítica, realizada em nota presente somente na primeira publicação do ensaio, que Coutinho realiza a Fernando Henrique Cardoso, dado que para o último caberia à democracia o reconhecimento da legitimidade do conflito, pois quem buscaria consenso é um regime autoritário.

⁴⁵ Deve-se reconhecer a problemática relação entre democracia política e socialismo. Enquanto a primeira se caracteriza pela incerteza (Przeworski), pelo lugar vazio do poder (Lefort), o socialismo é diretamente associado a um princípio normativo fundamental que deve *sempre* ser respeitado: a igualdade (não, somente, a nível político). Deriva-se daí a tensão entre ambos. No entanto, *tensão* não significa obrigatoriamente opção entre um ou outro valor. Sobre a temática do humanismo no marxismo, ver Fausto, “Dialética marxista, humanismo, anti-humanismo”.

⁴⁶ A nosso ver, na produção desses dois intelectuais brasileiros a referência central, mais do que Gramsci, é Lukács. Sobretudo na contribuição de Leandro Konder tal verificação é nítida. Já em relação às produções de Coutinho, pode-se afirmar que é possível se propor um movimento do principal referencial teórico: em uma primeira fase (sobretudo nos estudos estéticos), ocorria uma nítida marca de Lukács e, posteriormente, de modo gradual, as referências a Gramsci ganhou preponderância.

⁴⁷ Outro autor que também se utiliza de conceitos gramscianos de modo pioneiro no Brasil é Marco Aurélio Nogueira, em *Joaquim Nabuco e as desventuras do liberalismo no Brasil* (originalmente, também tese de doutorado defendida em 1983 na Universidade de São Paulo).

vicissitudes da realização desse encaminhamento” (Vianna, 1978, p.128), Werneck Vianna busca em seu trabalho explicar como no Brasil o capitalismo se desenvolveu de modo particular.

Segundo sua tese, sob a égide do Estado corporativo de 1930, ocorreu no Brasil uma “revolução sem revolução”, que possibilitou a modernização capitalista brasileira. Utilizando-se de conceitos de Lenin e Gramsci – ao desenvolver sua análise a respeito da Revolução de 1930, da formação da classe operária no país, das vinculações da burguesia agrária com a burguesia industrial, do Estado Novo, como também das complexas relações entre liberalismo e autoritarismo no Brasil –, Werneck Vianna busca explicar (e explicitar) os elos de continuidade que marcariam a história brasileira até o momento de defesa de sua tese⁴⁸. Como nos afirma o autor, na apresentação de seu outro livro (*A revolução passiva – Iberismo e Americanismo no Brasil*), publicado em 1997:

“Retomar a década de 30 [como se procedeu em *Liberalismo e Sindicato no Brasil*], no momento em que se impõe a estrutura burocrático-autoritária sobre o sindicalismo brasileiro, em pleno auge da ditadura militar dos anos 70, importava, desde logo, ter como evidentes os elementos de continuidade entre aqueles dois ciclos autoritários, quer pela preservação do corporativismo sindical, quer pelo regime repressivo às liberdades públicas, quer, ainda, pela opção de ambos de conduzir a expansão capitalista a partir do Estado, mediante a mobilização da violência política, sem falar dos objetivos territorialistas de grande potência que os animavam. Não havia mais o que buscar numa revolução burguesa, na expectativa de que, em nome do moderno e do desenvolvimento das forças produtivas materiais, se chegasse a uma ruptura com o “atraso” e o arcaico – a revolução burguesa já seguia, há tempos, o seu curso, e seus compromissos com a velha ordem social não eram em nada incompatíveis com a aceleração da acumulação capitalista, como, de resto, o chamado “milagre econômico” comprovava [...]. Assim, estudar os anos 30 da perspectiva dos anos 70 [...], importava considerar o processo da revolução burguesa autocrática como de longa duração. Não era outro o argumento desenvolvido pelo Gramsci dos *Quaderni*, cuja análise estabelecia uma linha de continuidade entre o *Risorgimento* e a emergência do fascismo na Itália, forma política de imposição autoritária do americanismo naquele país.” (Vianna, 2004, p.39-40)⁴⁹

Preocupação também semelhante, mas de ordem diferente, está presente nos artigos de Ivan de Otero Ribeiro⁵⁰. Utilizando-se, sobretudo, do conceito de *via prussiana*, Ribeiro apresenta um nítido posicionamento no debate em torno da questão da terra, da propriedade agrícola e da reforma agrária. Sempre ressaltando a urgência e a centralidade da reforma agrária para a transição e consolidação da democracia no Brasil, Ivan Ribeiro dialoga, em especial, com a literatura de enfoque econômico e histórico. Entre essa bibliografia, destaque

⁴⁸ Ou seja, a tese mais abrangente de Werneck Vianna, de *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, enquadra-se plenamente no movimento teórico-conceitual que apresentamos anteriormente.

⁴⁹ Essa passagem foi selecionada por Werneck Vianna e também está presente no prefácio à 4ª edição de *Liberalismo e Sindicato no Brasil* (Vianna, 1999).

⁵⁰ Ivan de Otero Ribeiro publicou vários artigos em *Presença – Revista de Política e Cultura*. Grande parte de seus artigos está publicada na coletânea póstuma organizada por Carlos Nelson Coutinho e Maria Beatriz de Albuquerque David, *Agricultura, Democracia e Socialismo* (Ribeiro, 1988).

merece ser dado ao debate em torno da transição do feudalismo para o capitalismo travado entre Dobb e Sweezy, mas envolvendo também Polanyi, Takahashi, Hilton, Lefebvre, Hobsbawm, entre outros⁵¹. Se, como o último autor (Hobsbawm) busca ressaltar, não há obviedade na aceitação, caracterização e generalização de um modo de produção, é interessante de se observar como dentre variados estágios de desenvolvimento histórico relacionados por Marx, “o feudal e o capitalista foram aceitos sem problemas sérios”. Porém, “por outro lado, o problema da transição do feudalismo para o capitalismo provavelmente deu origem a discussões marxistas mais numerosas do que qualquer outro relacionamento com a periodização da história mundial” (Hobsbawm, 2004, p. 201). E é justamente esse debate que, a nosso ver, interfere indiretamente em todo o grupo de intelectuais comunistas analisados, mas, em especial, nas teses de Ivan Ribeiro. Se a definição histórica, a nível teórico, de uma dada conjuntura político-social como feudal e/ou capitalista não é óbvia nem simples, a solução que caracterizou os desenvolvimentos teóricos dos intelectuais brasileiros é ainda menos óbvia, pois se utiliza de uma categoria, a de *via prussiana*, não abrangente – ao menos em primeiro momento⁵² –, a qual, em nível extremo, afirmaria a presença de um passado feudal no Brasil.

Por fim, ainda a respeito de usos conceituais, o que merece ser ressaltado é como, conjuntamente a essas renovações conceituais apresentadas no interior da compreensão da história e da conjuntura política brasileira, ocorreu uma resignificação da importância da política (do *fazer política*, para utilizarmos a expressão que se tornou usual na linguagem comunista do período). Se na experiência teórica marxista, o nível econômico é usualmente mais valorizado, enfocando-se as relações entre sociedade e economia, cabendo à política um enfoque, de certo modo, secundário, na teoria apresentada pelos intelectuais brasileiros o nível político ganhou centralidade, dado que a *democracia política* seria a ruptura fundamental a ser realizada. Ou seja, a partir da *política* se conquistaria vitórias a nível econômico, e não o contrário, como ocorre em grande parte das teorias marxistas que chegam a pensar sobre a esfera do político. E, mais do que isso, é esse “marxismo político” – uma das características particulares da “alma positiva” do comunismo brasileiro, a qual se manifestou em parte dos quadros internos do PCB ao longo de sua história – que esse grupo de intelectuais buscou reavivar e explicitar, buscando uma conciliação (a nosso ver, inovadora) entre prática democrática e teoria política marxista, no interior do comunismo brasileiro.

⁵¹ No Brasil, parte desse debate foi publicada em *A transição do Feudalismo para o Capitalismo* (Sweezy, 2004).

⁵² A questão da generalização de tais vias de transição do feudalismo para o capitalismo já está presente em Lenin. Basta lembrarmos que, em polêmica com os *narodniks* sobre a questão agrária, o autor afirmava que qualquer uma dessas vias (prussiana ou americana), dessas formas de passagem, era possível de se realizar nas condições russas.

Desse modo, podemos chegar a propor que tais intelectuais buscam (e, até mesmo, conseguem) romper com a clássica dicotomia entre *reforma* e *revolução* presente no pensamento de esquerda⁵³. O que seria, aos olhos de alguns marxistas, “reformismo democrático”, no caso brasileiro, adquiriria um caráter revolucionário frente a história de caráter prussiano característica do país, se a hipótese que formulamos aqui for válida. Ou seja, ao levarmos em consideração a análise apresentada pelo grupo de intelectuais comunistas brasileiros que aderiram à democracia, a questão da simples dicotomia reforma/revolução se desfaz e, mais do que isso, as próprias categorias são completamente ressignificadas, fazendo com que os significados usuais das duas categorias careçam de sentido (ou se tornem completamente externos) se aplicados às teses formuladas pelos integrantes de tal grupo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, buscou-se apresentar uma interpretação do movimento de adesão à democracia política realizado por um grupo de comunistas brasileiros ao longo da década de 1970.

Buscou-se validar a hipótese de que a publicação do ensaio “A democracia como valor universal” pode ser considerada como o momento decisivo dessa adesão à democracia do interior de uma linguagem marxista-comunista. Contudo, ao contrário do que em primeiro momento pode se supor, afirmou-se que em tal ensaio verifica-se uma realocação dos temas já desenvolvidos anteriormente no interior de publicações comunistas. É verdade que a questão da democracia já estava presente em parte da produção e dos debates internos ao comunismo brasileiro desde meados da década de 1950. Todavia, essa questão era apresentada quase sempre subordinada a outras, tais como a questão do desenvolvimento econômico, a questão agrária, do imperialismo. No mais, a questão democrática era sempre colocada em debate, essencialmente, a nível econômico e/ou social, mas quase nunca enquanto questão política do *político*. Alguns anos após a publicação de seu ensaio, Coutinho afirmaria que o objetivo de sua publicação era reavaliar essas questões. Em suas palavras:

“Primeiro, eu pretendia discutir uma concepção, que me parecia estreita, do que é democracia e da importância da democracia para o socialismo. E, segundo, buscava abandonar essa visão da realidade brasileira como a de um país atrasado, semicolonial, ainda carente de uma revolução de libertação nacional. Acho que caberia aqui um parêntese, um pouco autobiográfico, para lembrar que o ensaio se insere numa polêmica importante que se travou, no final dos anos 70, no seio do Partido Comunista Brasileiro. Formou-se no Partido uma massa crítica de pensamento renovador, uma certa preocupação que era comum a um grupo de militantes e dirigentes, no exílio e no interior, entre os quais, seguramente, estava o

⁵³ O artigo de Robert Barros (Barros, 1986), já citado anteriormente, apresenta um diagnóstico sobre essa dicotomia e as esquerdas na América Latina.

Armênio Guedes. O meu ensaio foi uma espécie de condensação do pensamento comum desse grupo de pessoas então ligado ao PCB, e que depois seria derrotado na luta interna.” (Garcia, 1986, p. 61)

Segundo nossa análise, foi, sobretudo, a partir de uma reinterpretação da história brasileira – e, a partir daí, da conjuntura política do período – com usos conceituais especialmente de *certo* Gramsci, assim como de *certo* Lenin e de *certo* Lukács, que a adesão à democracia foi justificada e validada a partir de uma linguagem marxista não distante da tradicional. A ressignificação do local do Brasil na história mundial legitimou a defesa da democracia – a qual passou a ser considerada uma forma de ruptura positiva frente às características prussianas que marcavam a história brasileira – a partir do marxismo-comunismo, possibilitando uma (proposta de) superação, ao menos para o caso brasileiro, da dicotomia reforma-revolução presente no interior do pensamento político de esquerda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARÃO REIS, D. 2006. “Introdução”. In: AARÃO REIS, D.; SÁ, J. F. (orgs.) *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2a Edição. São Paulo: Expressão Popular.

ARICÓ, J. 1988. *La cola del diablo. Itinerario de Gramsci em América Latina*. Caracas: Nueva Sociedad.

BARROS, R. 1986. “The Left and Democracy: Recent Debates in Latin America”. *Telos: A Quarterly Journal of Critical Thought*, no 68 (Summer), pp. 49-70.

BIANCHI, A. 2006. “Revolução passiva: o pretérito do futuro”. *Crítica Marxista*, no. 23, p. 34-57.

BRANDÃO, G. M. 1997. *A esquerda positiva: As duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Editora Hucitec.

CHAVES NETO, E. 1982. *Sentido dinâmico de democracia*. São Paulo: Brasiliense.

COUTINHO, C. N. 1979. “A Democracia Como Valor Universal”. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, no 9 (Março). Editora Civilização Brasileira.

_____. [1979] 1984. “Gramsci e nós”. In: *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2a edição. Rio de Janeiro: Salamandra.

_____. 1984. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2a edição. Rio de Janeiro: Salamandra.
1984b

_____. 1985. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”. In: COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M. A. 1988. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

136

COUTINHO, C. N. [1994], 2008. “Vontade geral e democracia em Rousseau, Hegel e Gramsci”. In: COUTINHO, C. N. 2008. *Marxismo e política. A dualidade de poderes e outros ensaios*. 3a edição. São Paulo: Cortez.

_____. 2007. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3a Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. 2008. *Contra a corrente. Ensaios sobre democracia e socialismo*. 2a edição revista e atualizada. São Paulo: Cortez.

GARCIA, M. A. (org.) 1986. *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GENRO FILHO, A. 1979. “A democracia como Valor Operário e Popular (Resposta a Carlos Nelson Coutinho)”. *Encontros com a Civilização Brasileira*, no 17 (Novembro). Editora Civilização Brasileira.

GERMINO, D. 2003. “Interpretando Gramsci”. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GRAMSCI, A. 1968. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HOBBSAWM, E. 2003. *Revolucionários: Ensaios Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. 2004. “Do feudalismo para o capitalismo”. In: SWEEZY, P (org.). *A transição do feudalismo para o capitalismo: Um debate*. 5a Edição, São Paulo: Paz e Terra.

- HORE, Q.; NOWELL-SMITH, G., 1992. "Introduction". In: GRAMSCI, A. (author); HORE, Q.; NOWELL-SMITH, G. (edit. and transl.), 1992. Selections from Prison Notebooks of Antonio Gramsci. New York: International Publishers.
- KOSELLECK, R. 2006. Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio.
- LEFORT, C. 1979. As formas da História: Ensaio de antropologia política. São Paulo: Editora Brasiliense.
- LUKES, S. 1982. "Can a Marxist Believe in Human Rights?". In: Praxis, 1, IV, Jan, pp. 334-345.
- KONDER, L. 1980. A democracia e os comunistas no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- MAGANE, F. 2007. Crítica ontológica à teoria da democracia como valor universal de Carlos Nelson Coutinho. Dissertação de mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica – São Paulo.
- MERQUIOR, J. G. 1981. As idéias e as formas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- NAVES, R. 1981. "Contribuição ao Debate sobre a Democracia". Temas de Ciências Humanas, no. 10.
- NOGUEIRA, M. A. [1985] 1988. "Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil". In: COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M. A. Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PORTANTIERO, J. C. 1977. "Los Usos de Gramsci". In: GRAMSCI, A., Escritos Políticos, 1917-1933. 1ª Edição, México: Ediciones Passado y Presente.
- RIBEIRO, I. 1988. Agricultura, Democracia e Socialismo. COUTINHO, C.; DAVID, M. (orgs.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SECCO, L. 2006. Gramsci e a Revolução. São Paulo: Alameda.
- SEGATTO, J. A.; SANTOS, R. 2007. "A Valorização da Política na Trajetória Pecebista". In: RIDENTI, M.; AARÃO REIS, D. (orgs.), História do Marxismo no Brasil, Vol. 6, Campinas: Editora Unicamp.
- SWEEZY, P. (org.). 2004. A transição do feudalismo para o capitalismo: Um debate. 5ª Edição, São Paulo: Paz e Terra.
- SYPNOWICH, C. 1992. "The Future of Socialist Legality: A Reply to Hunt". In: New Left Review, 193 (May/June).
- TOLEDO, C. 1994. "As esquerdas e a redescoberta da democracia". In: DAGNINO, E. Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense.
- VIANNA, L. W. 1978. Liberalismo e Sindicato no Brasil. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. 1999. Liberalismo e sindicato no Brasil. 4ª Edição. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- _____. 2004. A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil. 2ª Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan.
- Z Aidan Filho, M. 1987. "As conseqüências de uma estratégia". In: Presença – Revista de política e cultura, nº9 (Fevereiro). Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas e Difusão Cultural.